

A Europa e a América Hoje

Desafios Comuns, Caminhos Diferentes?

A Europa e a América sofrem de problemas profundos e inter-relacionados, entre os quais taxas de crescimento em declínio, dívida explícita e implícita crescente, regulação excessiva e baixa fertilidade.

POR MARIAN TUPY

LEGATUM INSTITUTE, LONDRES

A ascensão da China, da Índia e de outras economias emergentes já é uma velha notícia, assim como o declínio relativo dos Estados Unidos e da Europa. A saída da pobreza de centenas de milhões de pessoas no Oriente é certamente motivo de celebração, enquanto que a redução da quota de mercado dos países ocidentais nada nos diz sobre o nível de vida real no Ocidente - que continua a ser muito elevado. No entanto, o que parece ser novidade é uma certa sensação de melancolia sobre o futuro do Ocidente, que começou com a crise financeira em 2008 e mantém-se até hoje.

A crise financeira de 2008 e a Grande Recessão que se seguiu, tornaram explícitos muitos dos problemas subjacentes que afligiam as economias ocidentais há algum tempo, problemas estes mascarados pela expansão da economia global no início da década de 2000. A Europa e a América sofrem de problemas profundos e inter-relacionados, entre os quais taxas de crescimento em declínio, dívida explícita e implícita crescente, regulação excessiva, e baixa fertilidade.

DESAFIOS COMUNS

As taxas de crescimento económico no Ocidente têm vindo a diminuir, mas o que explica este abrandamento do cresci-

mento económico? Considerarei brevemente cinco razões que estão inter-relacionadas:

- A) Rendimentos decrescentes
- B) Excesso de regulação
- C) Aumento da despesa do governo
- D) Dívida crescente
- E) Mudanças demográficas

A) Num novo livro intitulado *A Grande Estagnação*, Tyler Cowen, da George Mason University aborda o declínio do crescimento nos Estados Unidos, argumentando que as fontes tradicionais de crescimento na América, como a educação, o uso da terra e a inovação, estão a esgotar-se. A expansão da escolarização após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, resultou num boom económico, à medida que muitas pessoas no Ocidente mudaram da agricultura para a indústria de transformação, dos serviços e assim por diante. Mas uma expansão da educação à mesma escala hoje em dia, provavelmente teria custos elevados e sem efeitos positivos sobre o crescimento. Este processo de rendimentos decrescentes, segundo Cowen, também se aplica ao uso da terra e à inovação.

A lei dos rendimentos decrescentes aplica-se também à Europa. Considere, por exemplo, um dos maiores orgulhos da Europa do pós-Segunda Guerra Mundial: o mercado único. Considerando o progresso que os europeus fizeram na remoção de barreiras ao comércio entre os estados membros da UE, é pouco provável que a melhoria marginal do funcionamento do mercado interno resulte em enormes ganhos de produtividade no futuro. Especificidades à parte, parece certamente correcto recordar que, para crescer, as economias têm de mudar ou, para ser mais preciso, conterem em si a possibilidade de mudança.





B) As economias flexíveis estão em melhor posição para lidar com a lei dos rendimentos decrescentes. Infelizmente, as sociedades ocidentais estão longe de ser totalmente flexíveis. Houve um enorme aumento na regulação nas últimas décadas. Embora nem toda a regulação seja prejudicial, o contraste entre o seu crescimento e a desaceleração das taxas de crescimento ao longo dos últimos 40-50 anos é patente.

A estimativa e comparação dos custos da regulação entre países não são fáceis. O custo da regulação federal nos Estados Unidos, por exemplo, foi estimado em 1,75 biliões de dólares em 2008. No mesmo ano, o custo da regulação da UE foi estimado em 1,56 biliões de dólares. Infelizmente, as duas metodologias são diferentes e a estimativa não leva em conta o custo da regulação nacional. Considerando que os governos nacionais da UE detêm mais poderes do que os estados nos Estados Unidos, é provável que o custo total da regulação na UE seja ainda superior ao dos Estados Unidos.

C) Contrariamente às taxas de crescimento, que foram caindo, a despesa do governo em percentagem do PIB cresceu de forma constante. De acordo com Vito Tanzi do FMI, no final do século XIX, os governos ocidentais gastavam entre 10 e 15% dos seus produtos nacionais. Ainda em 1960, os países europeus, incluindo a Suécia, gastavam “apenas” 30% do seu PIB. Em 2010, no entanto, as quatro maiores economias do Conselho Europeu gastaram entre 40 e 50%. Mas os Estados Unidos não ficam muito atrás. Nem toda despesa do governo é prejudicial para o crescimento, é claro. Defender o Estado de Direito, por exemplo, custa dinheiro, mas ajuda o crescimento. O crescimento excessivo da despesa do governo, no entanto, pode levar ao aumento de impostos, e impostos mais altos são um desincentivo ao

trabalho e ao investimento.

Num livro recente, intitulado *A Dimensão do T Governo e suas Implicações para o Crescimento*, publicado pelo American Enterprise Institute em Washington D.C., Andreas Bergh do Ratio Institute em Estocolmo e Magnus Henrekson do Research Institute of Industrial Economics em Estocolmo, analisaram a literatura relevante. Descobriram que o crescimento do governo afecta negativamente o crescimento nos países ricos (excepto na Escandinávia). O aumento do governo em dez pontos percentuais, resultou numa redução das taxas de crescimento anuais entre 0,5 e 1%.

D) As taxas de crescimento em queda e o aumento das despesas resultaram

no crescimento da dívida pública no Ocidente. Num artigo recente intitulado “Crescimento em Tempo de Dívida”, Carmen Reinhart, da Universidade de Maryland e Kenneth Rogoff, da Universidade de Harvard, verificaram que os países “com dívida superior a 90% do PIB têm um crescimento médio aproximadamente inferior em 1% do que os grupos com menor peso da dívida, e níveis médios de crescimento aproximadamente 4% mais baixos”.

Os Estados Unidos, Irlanda, Bélgica, Itália e Grécia já atingiram os 90%. Quais as razões para esta relação negativa entre a dívida e o crescimento? O crescimento na despesa do governo conduz frequentemente a um maior endividamento. Empréstimos mais elevados levam ao aumento das taxas de juros que afastam o investimento privado e reduzem a produção do sector privado. Além do mais, a equivalência Barro-Ricardo estipula que a dívida pública e o aumento de impostos têm o mesmo efeito sobre a procura total e, por conseguinte, no crescimento. Uma vez que a dívida pública tem de ser paga através de impostos futuros, o público antecipa os aumentos de impostos reduzindo o consumo no presente.



A ATITUDE AMERICANA PERANTE A REGULAÇÃO É O REFLEXO DE UM PROFUNDO CEPTICISMO DOS NORTE-AMERICANOS EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO GOVERNO E DO ALCANCE DA SUA ACÇÃO

Reinhart e Rogoff também descobriram que os países que nos últimos 200 anos mantiveram a sua dívida abaixo dos 30% do PIB, cresceram a uma taxa média anual de 3,7%; os países com dívida acima de 90%, a uma taxa de 1,7%. O que significa na prática? Ao longo de uma geração, uma percentagem com dois pontos de diferença na taxa anual de crescimento traduz-se numa diferença de rendimentos de 96% - mais ou menos a diferença de rendimentos entre os Estados Unidos e Portugal hoje.

Mas a dívida explícita é apenas uma parte da história. Ao olhar para o endividamento global de um país, é importante ter em consideração “responsabilidades implícitas”. As responsabilidades implícitas consistem em promessas “sem fundos” que os políticos fizeram aos seus eleitores, sob a forma de pensões e cuidados médicos. Responsabilidades estas que, de acordo com Jagadeesh Gokhale do Instituto Cato, em Washington D.C., oscilam entre os 244 por cento em Espanha e os 764 por cento no Estados Unidos. Promessas essas que terão que ser revistas, especialmente tendo em conta as tendências demográficas nos países ocidentais.

É conhecido que a longevidade no Ocidente está a aumentar e as taxas de fertilidade estão em declínio. Nos Estados Unidos, por exemplo, a proporção cairá de 5 para 1 em 2005, para 3 para 1 em 2050. Na Europa Ocidental, a diminuição será ainda maior. Estas tendências demográficas exigirão aumentos de impostos ruinosos para as economias do ocidente, os Estados Unidos, por exemplo, teriam que duplicar o imposto sobre os rendimentos, enquanto os países europeus teriam que aumentar a despesa do governo para uma média de 60% do PIB.

Em alternativa, as pensões terão de ser cortadas e a idade de reforma aumentada. Alguns países optaram por esta última medida, embora alguns analistas acreditem que os cortes nos benefícios e o aumento da idade da reforma sejam sustentáveis a longo prazo. A reforma por limite de idade não pode ser aumentada indefinidamente e os cortes em benefícios não podem continuar até ao ponto em que a segurança social já não faz sentido.

CAMINHOS DIFERENTES

Abordarei possíveis soluções para os impasses acima referidos - e as diferentes formas que os diferentes países ocidentais têm adoptado para lidar com essas situações difíceis.

AS DESPESAS DO GOVERNO DEVEM CAIR PARA 30% DO PIB, OU MENOS - UM NÍVEL QUE TANZI IDENTIFICA COMO MAIS DO QUE SUFICIENTE NÃO SÓ PARA FINANCIAR AS FUNÇÕES ESSENCIAIS DO GOVERNO, MAS SUFICIENTE PARA CUIDAR DOS MENOS AFORTUNADOS

Em primeiro lugar, o Ocidente tem uma necessidade urgente de consolidação fiscal, neste aspecto, a Europa está à frente da América.

Uma emenda constitucional na Alemanha, por exemplo, exige que os estados alemães tenham orçamentos equilibrados - “a partir de 2011, a nova lei do orçamento... irá limitar o défice estrutural do governo federal [que] ... será reduzido gradualmente de 1,9% do PIB em 2011 para um máximo de 0,35% do PIB partir de 2016.” Perante uma enorme oposição, o governo francês aumentou “a idade mínima legal de reforma de 60 para 62 e a idade de qualificação para uma pensão completa dos 65 para os 67.” Na Grã-Bretanha, o governo aumentou os impostos e cortou a despesa, enquanto que na Irlanda, Grécia, Portugal e Espanha, a consolidação orçamental é um processo em curso, como resultado da crise na zona do euro.

A situação é bastante diferente nos Estados Unidos. O défice orçamental dos EUA, que explodiu sob o Presidente George W. Bush, continuou expandir-se no governo do Presidente Barack Obama. Em 2011, alcançará 1,4 biliões de dólares. Cerca de 40 centavos de cada dólar gastos pela Administração são emprestados. A administração de Obama parece não estar disposta a considerar qualquer redução significativa na despesa deficitária, temendo uma recessão profunda nos EUA. Os Republicanos, que controlam a Câmara dos Representantes, foram eleitos com uma plataforma que prometia o não aumento de impostos, extensos cortes no orçamento e um orçamento equilibrado. Muitos conservadores fiscais têm esperança que o prazo final para a decisão sobre o limite da dívida do governo federal force o governo Obama a aceitar biliões de dólares em cortes na despesa em troca de um aumento do limite da dívida federal. A maioria dos comentadores, no entanto, prevê que nenhuma solução a longo prazo possa ser alcançada antes da eleição presidencial de 2012.

Os Estados Unidos estão numa posição um pouco melhor em termos de regulação. Na verdade, o peso da regulação é pesado em ambos lados do Atlântico, mas há uma diferença na atitude. Nos Estados Unidos, a regulação é geralmente considerada como um mal necessário, com uma propensão para crescer descontroladamente e resultando no oposto do que se pretendia atingir. Há um entendimento notável sobre a necessidade de tornar a regulação “melhor” e “menos onerosa”. É precisamente isso que um joint-venture de dois grandes think-tanks americanos em lados opostos do espectro político - a Brookings Institution e o American Enterprise Institute - tentou realizar.

Na América, um dos dois principais partidos políticos tem uma plataforma explicitamente anti-regulação. Que eu saiba, nenhuma força política igualmente forte na Europa defende assim a desregulação. O centro do debate político na Europa está à esquerda dos Estados Unidos e os partidos de centro-direita na Europa, sejam eles os Conservadores na Grã-Bretanha, a UPM em França ou os Democratas-Cristãos na Alemanha, reflectem as preferências dos seus eleitores.

A situação parece ainda pior a nível pan-europeu, em que o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia regulamentam sem qualquer respeito aparente pelo custo de produção na UE. As propostas de regulação da UE não são submetidas a uma análise custo-benefício de forma sistemática.



Tenho a expectativa de que as reformas na Europa sejam mínimas e graduais, e espero por uma redução mais substantiva do governo dos Estados Unidos nos anos vindouros.

CONCLUSÃO

Num artigo recente intitulado “Sobre a Importância da Liberdade e do Direito no Desenvolvimento”, Jean-Pierre Chauffour do Banco Mundial escreveu que “a liberdade económica e as liberdades civis e políticas são a raiz das causas de alguns países alcançarem e manterem melhor os resultados económicos. Por exemplo, a diferença em uma unidade no nível inicial da liberdade económica entre dois países... está associada a quase um 1% de diferencial na sua média de taxa de crescimento económico a

No curto prazo estou mais optimista sobre a capacidade da Europa em colocar a casa fiscal em ordem, mas a longo prazo, o meu dinheiro está na América. A atitude americana perante a regulação é o reflexo de um profundo ceticismo dos norte-americanos em relação à dimensão do governo e do alcance da sua acção. Por razões históricas, os Estados Unidos são o lar de movimentos que defendem entusiasticamente “o governo limitado”, dos quais o Tea Party é apenas a mais recente encarnação. Na imprensa europeia, o Tea Party é muitas vezes descrito nos termos mais desfavoráveis. Sem dúvida que encontramos dentro dos Tea Party alguns membros racistas, xenófobos e ultra-religiosos, no entanto, não é esse o enfoque principal dos Tea Party. Tal como escreveu um dos mais proeminentes comentadores políticos da América, Michael Barone: “Os inquéritos mostram que a maioria dos simpatizantes do Tea Party são conservadores em termos culturais, mas são fortemente motivados por questões económicas. As suas posições conservadoras em questões culturais nunca os motivaram a participar na política na guerra de cultura nas décadas de 1990 e início de 2000. Mas assistirem a proprietários de imóveis e banqueiros imprudentes serem socorridos à custa daqueles que tomaram decisões prudentes, à despesa do governo e os défices do orçamento federal aumentarem acentuadamente, fez despertar a sua ira. A sua crítica tem um conteúdo moral - que é errado o prudente pagar pelo imprudente e o irresponsável - mas as soluções políticas que procuram são mais uma questão de dólares e centavos”.

O impacto a longo prazo do crescimento do Tea Party é difícil de prever. Surgiu de forma espontânea, assim como pode desaparecer espontaneamente. No mínimo, a ascensão do Tea Party iniciou um debate nacional sobre o papel do Estado na sociedade americana e forçou o Partido Republicano a regressar aos princípios do governo limitado.

longo prazo... Em contraste, nenhuma evidência confirmou que a diferença no nível inicial dos direitos adquiridos ou a sua mudança ao longo do tempo tenha tido qualquer efeito significativo de longo prazo no rendimento *per capita*, com excepção de um efeito negativo em algumas especificações do modelo. Estes resultados tendem a apoiar os resultados anteriores segundo os quais, para além das funções essenciais da responsabilidade do governo... a expansão do Estado em vários direitos, incluindo os chamados direitos económicos, sociais e culturais, não torna as pessoas mais ricas a longo prazo, e pode até empobrecê-las.”

Os países ocidentais podem inverter a actual tendência das suas economias e estimular o crescimento económico desde que redescubram a liberdade económica. As despesas do governo devem cair para 30% do PIB, ou menos - um nível que Tanzi identifica como mais do que suficiente não só para financiar as funções essenciais do governo, mas suficiente para cuidar dos menos afortunados. Os défices do governo devem ser alvo de leis de orçamento equilibrado - de preferência sob a forma de emendas constitucionais. A dívida implícita deve ser combatida através de reformas na segurança social e na saúde. A reforma da segurança social, por exemplo, pode assumir muitas formas diferentes - desde o ajuste automático da idade de reforma na Suécia à

privatização completa no Chile. A reforma tributária e a desregulação terão que fazer parte de qualquer esforço de reforma. O Ocidente deve tornar a inovação e o risco mais fáceis e mais rentáveis, um imposto marginal máximo de 50%, como é o caso no Reino Unido, é um passo na direcção errada. Mais controverso ainda, talvez um sistema de imigração que premeie a juventude e a educação deva ser considerado para lidar com as tendências demográficas no Ocidente. Estão disponíveis muitas políticas adequadas aos países ocidentais, falta a vontade política, e, em muitos países, o consentimento público para implementá-las. ::